

POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL NO ÂMBITO DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAPÁ – CAMPUS MARCO ZERO – SOB O OLHAR DOS DISCENTES

José Carlos Pereira de Almeida¹

Sueli Maria de Araújo Cavalcante²

Helena de Lima Marinho Rodrigues Araújo³

Conceição de Maria Pinheiro Barros⁴

RESUMO

A Política de Assistência Estudantil apresenta-se como uma proposta de equalizar o acesso e permanência ao nível superior de ensino, de modo que as condições econômicas e sociais não sejam fatores impeditivos para o ingresso e a permanência na universidade. Dessa forma, este artigo tem como objetivo investigar a percepção dos discentes beneficiários dos programas de assistência estudantil desenvolvido pela Universidade Federal do Amapá (UNIFAP) – *campus* Marco Zero em relação a sua contribuição para a permanência dos estudantes na universidade. A pesquisa é de natureza aplicada, descritiva e abordagem qualitativa. Quanto aos procedimentos de coleta de dados caracteriza-se como pesquisa documental e estudo de caso. Para a interpretação dos dados foi utilizada a Análise de Conteúdo de Bardin (2011). Foram investigados 50 alunos da UNIFAP, que são participantes de Programas de Auxílio Estudantil. Os dados analisados mostraram que a maioria (76%) dos alunos que participaram da pesquisa são moradores de Macapá, sede da UNIFAP, tendo um quantitativo de Santana (20%) e Porto Grande (4%). 80% dos alunos relataram dificuldades que poderiam ser impedimento para a permanência no curso, nas dificuldades citadas estão: financeira, transporte, psicológica, acessibilidade e saúde. Os Programas de Auxílio Estudantil são reconhecidos pelos pesquisados como muito importante (60%) e importante (40%), concluindo-se que há intrínseca relação entre os programas de assistência estudantil e a permanência dos alunos nos seus cursos, uma

¹ Mestre em Políticas Públicas e Gestão da Educação Superior pela Universidade Federal do Ceará. Licenciado em Enfermagem e Bacharel em Direito pela Universidade Federal do Amapá. Professor da rede Estadual de Ensino do Governo do Estado do Amapá. E-mail: josecarlos-almeida@hotmail.com. ORCID: <https://orcid.org/0009-0002-4435-9405>

² Doutora em Educação Brasileira pela Universidade Federal do Ceará. Mestra em Engenharia de Sistemas e Computação pela Universidade Federal do Rio de Janeiro. Professora titular da Universidade Federal do Ceará. E-mail: suelicavalcante@ufc.br. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-0698-2485>

³ Pós-doutora em Educação - Universidade Estadual do Ceará (UECE). Doutora em Educação - Universidade Federal do Ceará (UFC). Mestra em Filosofia (UFC), Especialização em Gestão Escolar – Universidade Estadual Vale do Acaraú (UVA) e Educação a Distância - Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (SENAC), pedagoga e filósofa pela UECE. Professora Adjunta da UECE, lotada na Faculdade de Educação de Itapipoca (FACEDI), professora participante do Mestrado em Políticas Públicas e Gestão da Educação Superior (Poleduc), professora do Programa de Pós-Graduação em Educação (PPGE) e do Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas (PPGPP), da Uece, Campus Itaperi, Fortaleza. E-mail helena.marinho@uece.br. ORCID <https://orcid.org/0000-0003-0838-9279>

⁴ Doutora em Educação pela Universidade Estadual do Ceará. Mestra em Políticas Públicas e Gestão da Educação Superior pela Universidade Federal do Ceará. Especialização em Ciência Política e Comércio Exterior, pelo Centro Universitário Estácio do Ceará. Professora Adjunta da Universidade Federal do Ceará (UFC). E-mail: conceicaompb@ufc.br. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-4515-5829>

vez que, pela condição de vulnerabilidade social dos mesmos, tais programas assumem grande relevância aos estudantes, embora que ainda seja necessária a realização de melhorias.

Palavras-chave: Política de Assistência Estudantil. Educação Superior. Universidade Federal do Amapá.

STUDENT ASSISTANCE POLICY WITHIN THE CONTEXT OF THE FEDERAL UNIVERSITY OF AMAPÁ – CAMPUS MARCO ZERO – FROM THE VIEW OF STUDENTS

ABSTRACT

The Student Assistance Policy is presented as a proposal to equalize access and permanence to the higher level of education, so that economic and social conditions are not impeding factors for admission and permanence in the university. Thus, this article aims to investigate the perception of students benefiting from the student assistance programs developed by the Federal University of Amapá (UNIFAP) – Marco Zero campus in relation to their control of the students. The data analyzed showed that the majority (76%) of the students who participated in the research are residents of Macapá, UNIFAP's headquarters, with a number of Santana (20%) and Porto Grande (4%). In addition, 80% of the students reported difficulties that could be an impediment to permanence in the course, in the difficulties mentioned are: financial, transportation, psychological, accessibility and health. Student Aid Programs are recognized by respondents as very important (60%) and important (40%). It is concluded that there is an intrinsic relationship between student assistance programs and the permanence of students in their courses, since, due to their condition of social vulnerability, such programs assume great relevance to students, although improvements are still needed.

Keywords: Student Assistance Policy. Higher Education. Federal University of Amapá.

1 Introdução

Nas últimas décadas, a conjuntura sociopolítica do Brasil fez com que a Educação Superior experimentasse um processo de reforma alicerçado, sobretudo, na ênfase dada ao discurso da democratização, acesso e permanência dos estudantes nas instituições de ensino superior.

Nesse contexto, surge o Plano Nacional de Assistência Estudantil (PNAES), que tem por objetivo criar condições para a permanência de estudantes nas Instituições Federais de Ensino Superior (IFES), combatendo o abandono nos cursos dessas instituições.

Sendo assim, a Assistência Estudantil vem adquirindo diversos sentidos e suscitando diferentes posicionamentos quanto a sua implementação a partir dos debates e discussões desenvolvidos pelos diferentes grupos/atores sociais envolvidos em sua construção (estudantes, docentes, gestores), e de acordo com os diferentes contextos sócio históricos em que tem sido abordada, haja vista cada instituição ter sua realidade. Desse modo, diferentes projetos de assistência ao estudante no espaço universitário têm sido propostos, os quais podem trazer importantes implicações para as formas adotadas para sua operacionalização nas Instituições de Ensino Superior.

A Política de Assistência Estudantil (PAE) pode ser vista como instrumento de promoção que garante a participação dos estudantes no ambiente escolar, o qual resulta na sua permanência. Tais programas e ações de assistência estudantil oportunizam acesso aos recursos pedagógicos e de infraestrutura disponíveis nas instituições de ensino bem como possibilita um suporte econômico e financeiro para o aluno beneficiário.

Nesse sentido, essa política pública não pode se resumir a programas e tópicos dirigidos a determinados focos. Deve ser contínua, desfragmentada, completa e não seletiva, apresentando uma atuação bem planejada, focada e concentrando esforços e recursos oferecidos pelo Estado para onde realmente existe carência, sempre com controle social.

De acordo com Gusso (2021), ressalta-se que, durante o período da pandemia da *Covid* 19, que assolou o mundo durante os anos 2020, 2021, 2022 e início de 2023, foi colocado em maior evidência os problemas advindos da estratificação social, uma vez que os estudantes oriundos de famílias mais carentes, tiveram muitas dificuldades de permanência na universidade. Duas razões são citadas por ele: (1) “a possibilidade de acesso à internet” e (2) “repertório dos estudantes para estudo em ambiente virtual, que exige maior grau de autonomia e sofisticação em habilidades acadêmicas” (p.7).

Gusso (2021) também apresenta uma pesquisa realizada pelo Conselho Nacional da Juventude, em 2021, que aponta aumento significativo de abandono aos estudos durante a pandemia, sendo que as razões financeiras são apontadas como as principais causas desse abandono. O cenário que se desenhou durante a pandemia apresenta indícios de que essa dificuldade de permanência dos estudantes universitários, tanto da rede pública, quanto particular, não se encerrou com a decretação do fim da pandemia, visto que o aumento do desemprego em consequência pelo enfraquecimento do setor de serviços, dentre outras questões, ainda desafia o estudante de renda baixa (Fernandes, 2023).

É essencial que existam ações de apoio aos estudantes, para isso se faz necessária uma efetiva Política de Assistência Estudantil, que compreenda ações que vão desde condições de acesso aos instrumentos necessários, até a formação profissional, além da geração de recursos mínimos para a sobrevivência do estudante para que o mesmo desenvolva com excelência a pesquisa e extensão, laboratórios pedagógicos.

A Universidade Federal do Amapá (UNIFAP) oferta 43 cursos de graduação divididos em seus quatro *campus* (Marco Zero, Santana, Binacional e Mazagão) e para favorecer a permanência do estudante após seu ingresso nos cursos de graduação, dispõe de um Programa de Assistência Estudantil composto por diversas ações/auxílios (Bolsa Permanência, Auxílio Moradia, Auxílio Alimentação, Auxílio Transporte, Auxílio Fotocópia, Auxílio Deficiência, Auxílio Creche) que buscam atender os acadêmicos na medida de suas vulnerabilidades – alto, médio ou baixo.

Nesse contexto, esta pesquisa tem como objetivo investigar a percepção dos discentes beneficiários dos programas de assistência estudantil desenvolvido pela Universidade Federal do Amapá – *campus* Marco Zero em relação a sua contribuição para a permanência dos estudantes na universidade

2 Aspectos Históricos e Legais do Ensino Superior no Brasil

O estudo em torno dos aspectos legais que nortearam o ensino superior não se dissocia de sua historicidade, isso porque muitas reformas educacionais, legislações e normativas corresponderam às necessidades do momento histórico nos quais foram implementados. Sendo assim, a historicidade do Ensino Superior, que para efeito de organização seguirá a seguinte divisão: Ensino Superior na Primeira República; Ensino Superior na Era Vargas; Ensino Superior Pós-45; Ensino Superior na Ditadura Militar (1964 -1984); Ensino Superior na Redemocratização (1985 em diante). Na sequência, discorre-se sobre as formas de acesso ao Ensino Superior, de acordo com cada momento histórico

2.1 Ensino Superior na Primeira República

No Brasil, o início do ensino superior ocorreu tardiamente. Registros apontam que as primeiras escolas superiores são implantadas de forma reduzida (seis escolas) e apenas com três

cursos, para formação de juristas, médicos e engenheiros, isso 300 anos após a ocupação do Brasil, ou seja, em 1889, final do Período Imperial. O nível superior de ensino era ofertado inicialmente apenas pelo Poder Público, para atender a necessidade de formar os filhos da elite brasileira. Sendo assim, o início da oferta do ensino superior era regulado pelas legislações da Coroa Portuguesa (Oliven, 2002).

O primeiro ato de abertura do ensino superior para a iniciativa privada se deu através do Decreto 7.247 de 15 de abril de 1879, que normatizou a oferta do ensino primário e secundário de forma livre. Anos depois com a promulgação da Constituição da República de 1891, (após a queda do Império) foi autorizada a descentralização do ensino superior, resultando no aparecimento de novas instituições públicas e privadas. Porém, essas instituições privadas respondiam aos interesses da elite local e também eram confessionais (Oliven, 2002).

É importante ressaltar que, alguns eventos históricos e sociais foram cruciais para impulsionar a ampliação da oferta do ensino superior, dos quais: abolição da escravidão (1888), queda do Império e Proclamação da República (1889). Esses eventos promoveram mudanças em diversas áreas sociais, das quais na educação, para qual surgiu a necessidade da sua oferta no Brasil (Oliven, 2002).

Sendo assim, gradativamente, o número de instituições de ensino superior foi aumentando, em 1930, já contava com 24 (vinte e quatro) instituições de ensino, que constituíam o sistema de ensino superior, portanto esse sistema era formado por escolas particulares, isoladas, de caráter profissionalizante e sem relação com a investigação científica (Oliven, 2002).

Sobre essa questão, Neves e Martins (2016, p. 96) afirmam:

Até o início da década de 1930, o sistema de ensino superior era constituído por um conjunto de escolas isoladas, de cunho profissionalizante, divorciado da investigação científica e que absorvia aproximadamente 30 mil estudantes. A atividade de pesquisa era realizada nos institutos de pesquisa que, em geral, não possuíam laços acadêmicos com o sistema de ensino superior existente.

A Universidade do Rio de Janeiro, primeira instituição oficial de ensino superior, foi instituída por meio do Decreto 14.343 de 07 de setembro de 1920, sendo uma das repercussões da Reforma de Maximiliano, ocorrida em 1915. A criação da Universidade do Rio de Janeiro resultou da junção da Escola Politécnica, da Faculdade de Medicina e da escola Livre de Direito. Todavia, a educação mantém-se elitista e que se centra mais no ensino que na pesquisa. (Oliven, 2002).

2.2 Ensino Superior na Era Vargas

A conhecida Era Vargas compreende o período de 1930 a 1945, foi iniciada a partir de um golpe, que colocou fim a Política do Café com Leite, que fazia uma dobradinha entre os Estados de Minas Gerais e São Paulo no comando do País. A consolidação do início desse período foi marcada por vários condicionantes, que incluem a insatisfação mineira em relação ao Partido Republicano Paulista, que rompeu o acordo ao indicar Júlio Prestes, ao cargo de Presidente, desrespeitando a dinâmica acordada, que pela ordem seria a vez de Minas Gerais fazer a indicação ao cargo; situação econômica mundial, provocada pela quebra da bolsa de Nova Iorque, em 1929 (Wolter, 2016).

Esse cenário heterogêneo foi favorável para que fossem encaminhadas mudanças significativas em diferentes áreas da sociedade, das quais na educação em geral, e no Ensino Superior em particular. As principais reformas desse período são marcadas pela que ficou conhecida como Reforma de Francisco Campos e Reforma de Gustavo Capanema Filho ambos passaram pelo cargo de Ministro da Educação no País, porém repercussão maior no Ensino Superior é observada em Francisco Campos (Wolter, 2016).

De forma geral, as reformas apresentavam a intenção de colocar o país na mesma posição das demais potências mundiais, em termos educacionais, considerando que por anos pouco se avançou, especialmente no Ensino Superior. Portanto, não se pode deixar de considerar o contexto socioeconômico do país, tampouco, as forças políticas que levaram Vargas à Presidência, que favoreceram um viés de modernidade ao seu governo.

A criação do Ministério da Educação e Saúde Pública (nomenclatura dada na época de sua criação), pode ser apontado como o marco inicial da Era Vargas para a educação com repercussão positiva para o Ensino Superior, que passa por uma Reforma denominada Francisco Campos. Dentre as mudanças significativas está a criação do Estatuto das Universidades Brasileiras (Wolter, 2016).

O Estatuto das Universidades Brasileiras, instituído através do Decreto nº 19.851, de 11 de abril de 1931, passa a admitir 02 (duas) modalidades de oferta para o ensino superior, podendo ser oficial (Universidades Públicas) ou livre (Universidades Particulares). Os cursos autorizados são: Direito, Medicina, Engenharia, Educação, Ciências e Letras. De acordo com a Reforma, as faculdades seriam ligadas por meio de uma reitoria, porém com autonomia jurídica (Wolter, 2016).

É importante ressaltar que esse momento histórico, foi marcado pelo aumento nas faculdades de educação, que tinham o propósito de formar profissionais para atuarem no ensino secundário. Todavia, essa situação causou certo desconforto e resistências entre os participantes da Associação Brasileira de Educação (ABE), que defendiam a pesquisa como pano de fundo das práticas universitárias (Wolter, 2016).

Realizações sociais importantes em diversas áreas, inclusive trabalhista, marcaram a Era Vargas, que embora dividida entre momentos de tomada de poder (Governo Provisório), eleição direta (Governo Constitucional) e novo golpe (Estado Novo), fez com que Getúlio Vargas conquistasse a simpatia do povo brasileiro, retornando ao poder posteriormente, por via eleitoral.

Seria raso pensar que todas as mudanças e conquistas foram efetivadas livres de um viés político-ideológico a serviço das classes dominantes, isso porque tem sido perene na história da educação no país, a clara intenção de ser um serviço de manutenção do *status quo*. Todavia, há de se reconhecer que no início da chamada “Era Vargas”, as forças sociais, especialmente “[...] do movimento estudantil e de jovens professores na defesa do ensino público, do modelo de universidade em oposição às escolas isoladas e da eliminação do setor privado por absorção pública” (Martins, 2002), manifestadas nos movimentos em voga no país impulsionaram conquistas importantes, ou pelo menos, abriram caminhos para que se colocasse em debate temas como: ampliação da educação, autonomia universitária, introdução da pesquisa no ensino superior, novas práticas metodológicas de ensino, dentre outras questões.

Essa luta pode ser observada nos discursos dos pensadores educacionais da época, dos quais vale citar aqui, a fala de Anísio Teixeira, citada por Fávero (2006), por ocasião da inauguração da Universidade do Distrito Federal, em 1935:

A função da universidade é uma função única e exclusiva. Não se trata, somente, de difundir conhecimentos. O livro também os difunde. Não se trata, somente, de conservar a experiência humana. O livro também a conserva. Não se trata, somente de preparar práticos ou profissionais, de ofícios ou artes. A aprendizagem direta os prepara, ou, em último caso, escolas muito mais singelas que as universidades. (Teixeira, 1935 *apud* Fávero, 2006, p. 25-26).

A defesa por uma instituição com cunho de pesquisadora, com autonomia para suas realizações, foi defendida por Anísio Teixeira nessa fala. Porém, o clima autoritário que se instalava no país preparando terreno para golpe de Vargas, que se consolidou posteriormente

Estado Novo, enfraquece o movimento dos entusiastas da educação, levando ao afastamento de Anísio Teixeira da esfera governamental (Fávero, 2006).

A Reforma do ministro Gustavo Capanema Filho com repercussão direta no Ensino Superior foi a criação da Universidade do Brasil, como uma instituição padrão, de âmbito nacional, através da Lei nº 452, de 5 de julho de 1957, observa-se que a lei não faz menção à autonomia da Universidade, ficando à cargo do Presidente da República a nomeação da reitoria e diretores (Fávero, 2006).

É importante frisar, portanto, que algumas questões apontadas como essenciais para as Universidades constituem-se em objeto de luta através dos tempos, como: a total autonomia universitária. Porém, apesar dos vários pontos controversos, não se pode negar que avanços significativos marcaram a Era Vargas, inclusive alguns se mantêm até os dias atuais, dos quais, o formato das universidades que ainda é o mesmo (Fávero, 2006).

2.3 Ensino Superior Pós - 45

Houve um crescimento lento no período Pós-45, em termos de assistência ao estudante. Porém, é o momento que são criadas importantes universidades federais e particulares. É nesse ínterim, que é inaugurada a primeira Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC), tornando-se posteriormente uma rede. No total foram criadas 18 universidades públicas e 10 particulares (Wolter, 2016).

Nesse período, as manifestações estudantis começam a aparecer, especialmente, buscando por reformas no sistema educacional, e buscando romper definitivamente com a política educacional conservadora colocada em prática pelo Estado Novo. Outros argumentos que avolumam as manifestações são reivindicações para frear a interferência do setor privado na educação.

Embora toda a luta estudantil mobilizada nas manifestações, a primeira Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) nº 4.024, de 20 de dezembro de 1961 mantém e até reforça aspectos de interesse dos setores privados e conservadores da sociedade (Brasil, 1961). Isso significa que mudanças substanciais não podem ser percebidas nem na melhoria do ensino e nem na assistência ao estudante (Wolter, 2016).

2.4 O Ensino Superior na Ditadura Militar (1964 -1984)

Na Ditadura Militar os direitos políticos e sociais foram cerceados, sendo evidente no Decreto-Lei 228 de 28 de fevereiro de 1967, do Presidente Castelo Branco, que no seu artigo 11, veta toda manifestação ou propaganda de cunho político, assim como não se permitia ausências coletivas nos trabalhos escolares, em razão das manifestações. Apesar disso, o movimento estudantil resistiu e manteve suas agendas de passeatas e manifestações tendo como pauta as universidades públicas (Sampaio, 2000).

Porém, com o aumento na rigidez do regime, a partir de 1968, através da adoção de medidas mais rigorosas e de controle, os estudantes ficaram sob vigília por dez anos, não podendo realizar de forma aberta nenhum tipo de ação que contrariasse a filosofia adotada pelos militares. Essa postura mais firme, suplanta o movimento estudantil. É nesse contexto, que o governo inicia uma reforma no Ensino Superior.

A reforma dos militares continha basicamente as seguintes mudanças: extinção da cátedra; fim da autonomia das faculdades; criação de institutos, faculdades e/ ou escolas; introdução do sistema de créditos; ciclo básico antes da formação profissional; garantia da representação discente e docente; ingresso contínuo por carreiras e currículos mínimos fixados pelo MEC. (Santos; Cerqueira, 2009, p. 5).

Observa-se que as Reformas dos Militares com repercussão direta na educação, podem ser contempladas nos Decretos 477/69, que representa uma extensão do Ato Institucional nº. 05, mais conhecido como AI-5, que estabeleceu controle e fiscalização no interior das Universidades. Soma-se a isso, as Leis 4.024/1968 e 5.692/1971 introduzem metodologias de ensino tecnicistas, cerceando a possibilidade de pensamento crítico na educação. Isso significa que no período do governo militar não houve uma atuação voltada para a melhoria na qualidade da educação, através de uma reforma consubstanciada nos currículos de ensino, nem tão pouco, volta-se para consolidar a pesquisa científica no Ensino Superior, aspectos que sempre foram pautas de debates para esse nível de ensino, ao contrário limita o poder das faculdades.

Por outro lado, durante a Ditadura Militar houve ampliação de vagas no Ensino Superior, para atender à exigência do mercado, que passava por um momento bom, chamado de “milagre econômico”, que se compreende como:

O período 1968-1973 é conhecido como “milagre” econômico brasileiro, em função das extraordinárias taxas de crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) então verificadas, de 11,1% ao ano (a.a.). Uma característica notável do “milagre” é que o rápido crescimento veio acompanhado de inflação declinante e relativamente baixa

para os padrões brasileiros, além de superávits no balanço de pagamentos (Velo; Villela; Giambiagi, 2008, p. 222.)

Frente a essa realidade houve a necessidade de mãos de obras qualificadas, por isso, ampliou-se a oferta de vagas e conseqüentemente matrículas no ensino superior, ampliando as oportunidades para a classe média.

Essa nova demanda que era ofertar diploma à classe média, tornou o ensino superior uma atividade econômica lucrativa, ampliando as oportunidades para instituições privadas. Porém, esse otimismo econômico, não perdurou por muito tempo, isso porque, o início dos anos 1980, é marcado por grande crise econômica, e início de transição política, que pôs fim à Ditadura Militar e reinaugura as práticas democráticas no país, através da derrota do candidato do governo militar.

Esse novo momento surge com grandes perspectivas e expectativas em relação à educação, especialmente com a promulgação da Nova Constituição Federal, em 1988, que ficou mais conhecida como “Constituição Cidadã”.

2.5 Ensino Superior na Redemocratização do Brasil (1985 em diante)

Com a redemocratização do país muitas mudanças em vários âmbitos da sociedade podem ser observadas, especialmente, no que concerne às liberdades, e na educação não foi diferente, que passa a ser reconhecida como um direito social, e como tal, precisa ser equitativo, igualitário e acessível. Pelo menos é o que pressupõe a Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Essa necessidade de ampliar oportunidades de acesso provocou uma explosão na quantidade de instituições privadas no ensino superior. Embora, ainda inalterada a modalidade de inserção (ainda vestibular), nas faculdades particulares, o acesso era mais flexível (Neves; Martins, 2016).

Normativa oficial pós-Ditadura Militar, só vai acontecer após mais de dez anos da mudança na forma de governo, com a aprovação da LDB nº 9.394 de, 20 de dezembro de 1996, em vigência. Nessa nova lei, são apresentadas inovações, das quais tornar explícito os diferentes tipos de Instituições de Educação Superior que passariam a ser admitidas no país. Como desdobramento da LDB 9394/1996, é criado o Provão (Exame Nacional de Cursos), com o intuito de avaliar a qualidade dos cursos ofertados nas faculdades (Ibid.).

Vale ressaltar que a referida Lei educacional dividiu o Sistema Educacional em dois níveis: Educação Básica e Educação Superior, assim este termo será utilizado toda vez que o contexto estiver relacionado a esta Lei.

A partir desse momento várias ações em cascatas são implementadas, todas imbuídas do discurso da melhoria da educação no país, pelo viés da ampliação de oportunidades de acesso e permanência nas instituições de ensino. Nessa perspectiva, é criado o Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM), que acabou se tornando portal de acesso à Educação Superior, conforme será explicitado posteriormente (Neves; Martins, 2016).

Mesmo com a mudança nas formas de acesso à educação superior, na estruturação e formato do curso pouco se alterou. A grande discussão que se gerou após os reconhecidos papéis e direitos tanto das entidades como dos alunos do ensino superior, com a criação de estratégias para melhorar o acesso (formados mais modernos de inserção às universidades); aumento no número de instituições que ofertam cursos superiores, a grande questão é fazer valê-los, e mais, garantir a permanência nos cursos, diminuindo a pirâmide entre entrada e conclusão dos cursos (Neves; Martins, 2016).

3 Políticas Públicas Educacionais e Sociais Voltadas para a Democratização do Acesso à Educação Superior

A educação hoje é considerada um direito social (art. 6º e 205 da CF/1988), e como tal, para o seu efetivo cumprimento faz-se necessário que um conjunto de políticas públicas sejam implementadas como garantidoras desse direito. Dentre as políticas, está a Assistência ao Estudante, pois oferecer acesso, por meio da ampliação de vagas não é suficiente. É necessário que além da entrada do estudante no nível superior, seja assegurada sua permanência. E em vários âmbitos, essa permanência só é possível, através de políticas e programas voltadas para esse fim. São essas as abordagens desse capítulo.

3.1 O surgimento das Ações de Assistência Estudantil no Brasil

As legislações brasileiras definem a educação como um direito ao cidadão. Esta prerrogativa encontra-se presente desde a Constituição de 1824. Embora tenha sido retirado em alguns momentos históricos, como aconteceu na Constituição Republicana de 1891, que desobrigou o Estado de oferecer educação primária, retornando em leis posteriores.

Enquanto suporte educacional, ações de assistência ao estudante remetem aos anos 1930, com programas de alimentação e moradia universitária. Registros apontam que a primeira Casa do Estudante Brasileira foi inaugurada em 1928, com sede em Paris, para abrigar estudantes em solo europeu sem condições de se manterem lá (Costa, 2010).

O governo Vargas foi marcado pelo início de várias políticas sociais, nas quais incluem-se a assistência ao estudante, que na “Reforma Francisco Campos” cria a bolsa de estudos, para alunos comprovadamente necessitados.

Na Constituição dos Estados Unidos do Brasil de 16 de julho de 1934 é também possível observar espaço reservado para a assistência ao estudante, conforme se observa no seu artigo 157:

Art. 157. A União, os Estados e o Distrito Federal reservarão uma parte dos seus patrimônios territoriais para a formação dos respectivos fundos de educação. [...] §2º. Parte dos mesmos fundos se aplicará em auxílio a aluno necessitados mediante fornecimento gratuito de material escolar, bolsas de estudos, assistência alimentar, dentária e para vilegiaturas (Brasil, 1934).

A Constituição dos Estados Unidos do Brasil de 18 de setembro de 1946 também trata sobre a assistência, ampliando para todos os níveis de ensino, o atendimento assistencial outrora definido unicamente às crianças. Porém, é somente na Constituição de 1967 que se inicia o debate sobre a igualdade de oportunidades educativas (Costa, 2010).

Mesmo que a passos lentos, observa-se que a assistência aos alunos vai aparecendo nas Reformas educacionais e nas Constituições. A ampliação dessa política pode ser percebida a partir da década de 1980, como reflexo da expansão de vagas na Educação Superior ocorrida entre as décadas de 1970 e 1980, que favoreceu acesso às camadas sociais mais populares às universidades (Costa, 2010).

Nesse contexto, em 1972, é instituído o Programa Bolsa Trabalho, pelo Decreto nº 69.927, de 13 de janeiro de 1972. Esse programa era ofertado para todos os níveis de ensino, associando auxílio financeiro e educação, ao mesmo tempo, que servia de suporte para a inserção no mercado de trabalho (Costa, 2010).

No fim dos anos de 1980, com a extinção do Departamento de Assistência ao Estudante (DAE), ocorre uma pulverização nos programas de assistência aos estudantes. E o caráter paternalistas que sempre esteve subjacente a esse tipo de política, torna-se mais evidente:

A assistência desenvolvida na universidade, do ponto de vista de sua implementação técnica, expressa, por um lado, o descaso com a área social e revela-se por outro, enquanto um campo onde prevalecem concepções paternalistas e clientelistas, trazidas em práticas de ajuda e no uso indevido dos recursos públicos disponíveis. (Barbosa, 2009, p. 38).

Com a Constituição da República Federativa do Brasil de 5 de outubro de 1988 (CRFB/1988), ocorre um salto em termos de direitos sociais e políticos, enquanto projeto do processo de redemocratização. É a partir dessa Constituição que a educação passa a ser reconhecida como direito social. Essa prerrogativa encontra-se no seu artigo 205, que assim expressa:

Art. 205 A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e qualificação para o trabalho. (Brasil, 1988).

Após a promulgação da CRFB/1988, ampliam-se as políticas de assistência ao estudante, culminando com a apresentação do Plano Nacional de Assistência Estudantil (PNAES), apresentado pelo FONARPRACE à ANDIFES, entre 1997 e 2004, vindo ser aprovado em 12 de dezembro de 2007, através da Portaria Normativas nº. 39, sendo adotado a partir de 2008, quando se reservou verbas nos orçamentos institucionais para esse fim (Costa, 2010).

Mais tarde, em 2010, essa Portaria Normativa foi substituída pelo Decreto nº 7.234 de 19 de julho de 2010, reforçando ainda mais a política de assistência estudantil, pois trouxe como finalidades: a ampliação das condições de permanência dos jovens na educação superior pública federal; democratização das condições de permanência; minimização dos efeitos das desigualdades; redução da retenção e da evasão, e contribuição para a promoção da inclusão social pela educação (Brasil, 2010).

Nesse sentido, o governo propõe que as ações sejam desenvolvidas nas seguintes áreas: moradia estudantil, alimentação, transporte, atenção à saúde, inclusão digital, cultura, esporte, creche, apoio pedagógico, e acesso, participação e aprendizagem de estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades e superdotação.

Por tudo isso, a promulgação da regulamentação do PNAES representa um marco histórico e de importância fundamental para a assistência estudantil.

4 Procedimentos Metodológicos

Esta pesquisa classifica-se como aplicada, descritiva e abordagem qualitativa. Aplicada, por abranger estudos elaborados com a finalidade de resolver problemas identificados no âmbito das sociedades em que os pesquisadores vivem” (Gil, 2019, p.16). Quanto à abordagem

do problema, é qualitativa, por analisar aspectos subjetivos de fenômenos sociais e do comportamento humano possibilitando assim, chegar aos caracteres sociais externos no que diz respeito à origem social e a questão socioeconômica dos beneficiários dos auxílios estudantis da UNIFAP. No que tange aos objetivos, caracteriza-se como descritiva por permitir investigar a percepção dos alunos que recebem o auxílio estudantil no Campus Marco Zero da Universidade Federal do Amapá. Para Gil (2019, p. 43), a pesquisa descritiva “tem por objetivo levantar as opiniões, atitudes e crenças de uma população”. Nesse sentido, é necessário ouvir o público-alvo das políticas de assistência estudantil para que seus anseios sejam levados em consideração em futuras reformulações.

Quanto aos procedimentos técnicos, isto é, o modo de obtenção dos dados necessários à composição da pesquisa, classifica-se como uma pesquisa do tipo estudo de caso e pesquisa documental. Optou-se no presente trabalho pela pesquisa de campo, por considerar que ela torna possível a coleta e a apresentação de informações importantes sobre o problema de pesquisa, bem como o descobrimento de novos fenômenos e a relação entre eles. O trabalho em campo é de fundamental importância, pois segundo Gil (2018), esse tipo de abordagem ao objeto estudado é basicamente realizado por meio da observação direta das atividades do grupo estudado e de entrevistas com informantes para captar as explicações e interpretações do ocorrem dentro de um grupo e realidade encontrada. Sendo assim, será possível ouvir os discentes que recebem assistência estudantil e a partir de suas experiências, analisar e propor mudanças onde sejam necessárias.

O lócus da pesquisa foi a Universidade Federal do Amapá (UNIFAP) – Campus Marco Zero, instituição do ensino superior que oferece o ensino público e gratuito, e é financiada e regulamentada pelo MEC. Embora no Estado do Amapá exista duas universidades públicas, sendo uma federal e outra estadual, a escolha pela UNIFAP se deu em razão de ser esta que oferece a maior quantidade de cursos, em todas as áreas de ensino, contemplando um público maior em relação às demais Instituições de Ensino Superior.

O universo da pesquisa foi constituído por 50 (cinquenta) alunos dos cursos de graduação, beneficiários de um ou mais programas de assistência estudantil, que tiveram matrícula efetivada entre os anos de 2018 a 2021, e que integram o campus Marco Zero da Universidade Federal do Amapá.

A amostra é do tipo não probabilística e intencional, selecionada a partir dos critérios: a) seja beneficiário de pelo menos um tipo de programa de assistência estudantil; b) tenha ingressado nesse programa entre os anos de 2018 a 2021; c) disponibilidade para participar da

pesquisa; Nesse sentido, a amostra não probabilística do tipo intencional é aquela em que a “seleção dos elementos da população para compor a amostra depende ao menos em parte do julgamento do pesquisador ou do entrevistador no campo” (Mattar, 1996, p. 132).

Esta pesquisa fez uso de dados primários e secundários. Para os dados primários, foi utilizado o questionário como instrumento de coleta de dados, cujo objetivo foi coletar a percepção dos discentes que recebem assistência estudantil. Os dados secundários foram oriundos do portal eletrônico da Pró-Reitoria de Extensão e Ações Comunitárias (PROEAC), mais especificamente do Departamento de Ações Comunitárias e Estudantis (DACE) da Universidade Federal do Amapá (UNIFAP), quais sejam: editais de Seleção; resultado e convocação dos estudantes selecionados entre os anos de 2018 e 2021, a partir dos quais foi possível conhecer os tipos de auxílios ofertados, os critérios de seleção, os valores de cada auxílio e sobretudo a abrangência destes em relação ao público-alvo. Nesse sentido, a consulta aos endereços eletrônicos teve a finalidade de realizar a análise documental por meio dos editais para assim ser possível ter uma ideia do objeto estudo com pressupostos dedutivos do meio pesquisado.

5 Resultados e Discussão

Ao se investigar sobre os programas de auxílio estudantil na Universidade Federal do Amapá - Campus Marco Zero foi possível identificar que os mesmos foram criados para as demandas dos acadêmicos regularmente matriculados em cursos de graduação no regime presencial, atendendo ao critério de estarem comprovadamente em vulnerabilidade socioeconômica. Tem como objetivo garantir a permanência dos acadêmicos no regime de ensino, pesquisa e extensão, e agindo preventivamente, na tratativa de evitar a retenção e mesmo evasão escolar. Os programas atendem alunos em várias situações sociais, cada uma com sua peculiaridade. No entanto, cada ambiente escolar possui uma realidade diferente; assim, os critérios para seleção estão elencados no Quadro 1.

Quadro 1 – Critérios de seleção do Programa de Auxílio estudantil da UNIFAP

PERFIL SOCIOECONÔMICO	BOLSA AUXÍLIO	RENDA PER CAPITA
PERFIL1: Alto nível de vulnerabilidade socioeconômica.	Bolsa Permanência, Auxílio Moradia, Auxílio de apoio Pedagógico à Pessoa com Necessidades Educacionais Especiais.	Até meio salário mínimo.
PERFIL2: Médio nível de vulnerabilidade socioeconômica.	Auxílio Moradia, Auxílio Fotocópia, Auxílio de Apoio Pedagógico à Pessoa com Necessidades Especiais.	De meio a um salário mínimo.
PERFIL3: Baixo nível de vulnerabilidade socioeconômica	Auxílio Fotocópia.	De um a um e meio salário mínimo.

Fonte: Amapá (2022).

Observa-se que a concessão do auxílio está atrelada ao perfil socioeconômico do aluno, e de acordo com a comprovação do grau de vulnerabilidade, maior será os mecanismos de suporte, visando garantir sua permanência na Universidade.

Como se pode perceber no Quadro 1, os programas são disponibilizados em consonância aos critérios dos perfis socioeconômico, estes atendem a manutenção do acadêmico no desenvolvimento de suas atividades de estudo e extensão, objetivando democratizar o acesso ao ensino superior usando da prerrogativa do princípio constitucional que a educação é dever do Estado, e conforme se observa no quadro, esse dever não se restringe às questões relacionadas ao apoio pedagógico, mas abrangem ao suporte social.

De acordo com o nível de vulnerabilidade, adapta-se um tipo de apoio ao estudante, incluindo a transferência de recursos, através da bolsa de estudos, para os alunos que estão no mais alto grau de vulnerabilidade. Assim a Universidade Federal do Amapá – UNIFAP – desenvolve meios de permanência do estudante da universidade por meio dos auxílios.

a) Auxílio Moradia

O auxílio moradia consiste na concessão de valor financeiro a estudantes oriundos de outros municípios ou distrito/interior da cidade onde o campus está instalado e residir em imóvel alugado ou pensionato no município em que estuda. O valor é de R\$ 400,00 e nos critérios adotados pelo Departamento de Ações Comunitárias e Estudantis - DACE, é destinado para subsidiar suas despesas com moradia (Amapá, 2022). Assim, possui como um de seus principais objetivos atender às despesas com aluguel de quitinete, república por exemplo. Nos casos dos valores repassados pelo auxílio; os mesmos atendem a critérios que variam de acordo com as especificidades de cada campus universitário.

b) *Auxílio Permanência*

O programa de Auxílio Permanência tem como objetivo propiciar ao estudante em situação de vulnerabilidade socioeconômica, condições para que ele possa responder às demandas de sua formação universitária. O perfil socioeconômico do estudante é verificado nos campi da instituição a partir do processo de análise socioeconômica.

Os estudantes podem acumular a bolsa permanência com um outro auxílio (Alimentação, Transporte ou Moradia). Para a seleção será considerada a ordem de classificação dos estudantes inscritos e a disponibilidade orçamentária, e tem o valor de R\$ 400,00 (Amapá, 2022).

O critério de concessão da bolsa é feito por meio da análise da situação socioeconômica além do preenchimento dos seguintes requisitos: a) estar cursando, no mínimo, 12 (doze) créditos semanais no semestre; b) ter cadastro socioeconômico atualizado e na condição de classificado; c) ter aprovação por nota em no mínimo 50% dos créditos cursados e nenhuma reprovação por frequência em qualquer disciplina do semestre anterior, em caso de ter sido beneficiário de bolsas ou auxílios (Amapá, 2022). Dessa forma, os meios para a permanência do estudante na universidade fazem parte dos sistemas de auxílios para que assim esse acadêmico que possui condições intelectuais, mas dificuldades financeiras e que possam estar em igualdade para permanência no curso evitando assim a baixa produtividade nos quesitos de pesquisa e extensão – fundamentais à graduação acadêmica – e mesmo contendo a evasão na universidade.

c) *Auxílio Fotocópia*

No valor de R\$ 130,00 (trezentos reais), esse benefício tem como uma de seus principais objetivos alavancar os estudos dos acadêmicos por meio do acesso das bibliografias por meio das fotocópias (Amapá, 2022). Por meio desse crédito, o estudante ganha o direito a um mil e trezentas fotocópias e assim, pode ter acesso as literaturas de seu curso dando base à continuidade dos estudos. A efetivação desse serviço acontece de forma terceirizada e a empresa contratada por meio de licitação busca atender às demandas sociais acadêmicas da Universidade Federal do Amapá – UNIFAP – por meio do acesso à livros, artigos e outras

literaturas que podem alavancar o conhecimento acadêmico e mesmo garantir a permanência do estudante em regime presencial.

Para melhor apresentar os resultados, fez-se a divisão em 02 (dois) tópicos: (i) apresentando o perfil sociodemográfico dos alunos investigados e (ii) discorrendo sobre as informações subjetivas abstraídas na pesquisa, envolvendo as concepções e impressões dos alunos sobre os programas de auxílio estudantil.

i) Perfil sociodemográfico dos alunos beneficiários dos PAE

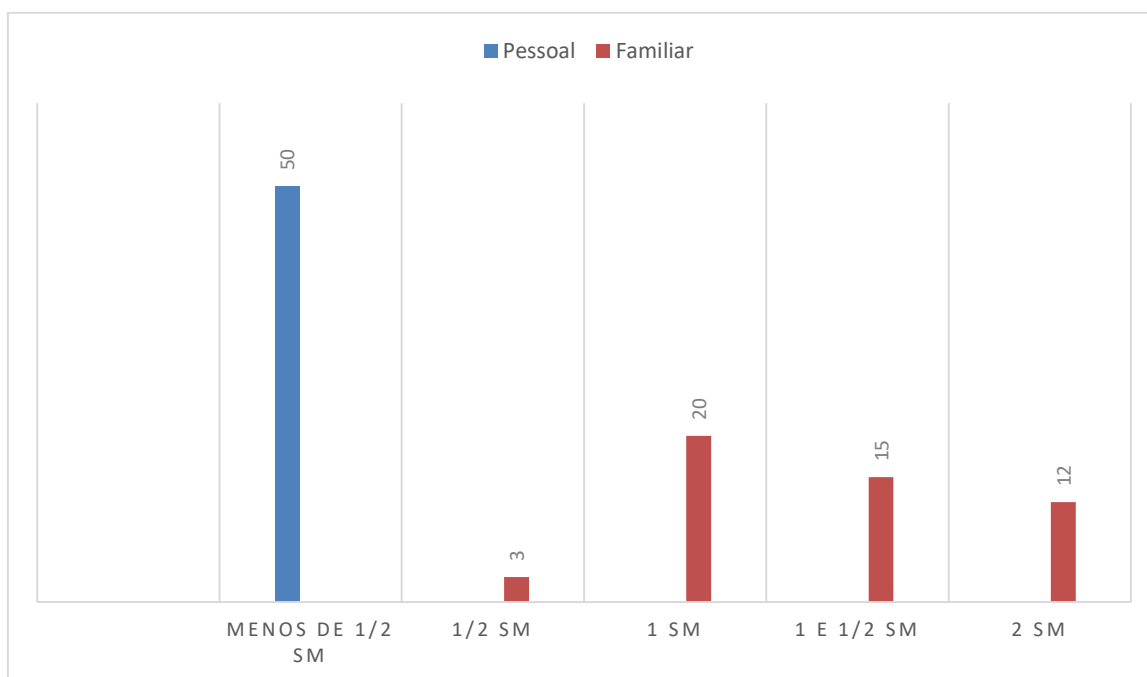
Participaram da pesquisa 50 (cinquenta) alunos, sendo que 19 (dezenove) identificaram-se do gênero masculino (38%), dos quais 02 (dois) estão matriculados no curso de Enfermagem, 05 (cinco) no curso de Geografia, 04 (quatro) no curso de Direito e 05 (cinco) no curso de Ciências Biológicas, 01 (um) no curso de Pedagogia, 01 (um) no curso de Artes e 01 (um) no curso de Letras; 30 (trinta) investigadas se reconhecem no sexo feminino (60%), sendo 05 (cinco) do curso de Enfermagem, 05 (cinco) do curso de Geografia, 05 (cinco) do curso de Direito, 05 (cinco) do curso de Pedagogia, 05 (cinco) do curso de Artes e 05 (cinco) do curso de Letras; apenas 01 investigado informou ser não binário (2%) e está matriculado no curso de Direito.

As informações prestadas pelos alunos apresentam parâmetros sobre a renda pessoal e familiar que é uma informação essencial para o desenho do perfil sócio demográfico (Gráfico 1). O resultado mostra que 100% dos alunos dispõem de renda pessoal abaixo de um salário mínimo e que sobre a renda familiar, 43% afirmam ser de 1 salário mínimo; 32% informam ser de 1 salário mínimo e meio e 25% dispõem de renda familiar de 2 salários mínimos

De acordo com a o Gráfico 1 observa-se que a renda familiar dos participantes da pesquisa varia entre meio a dois salários mínimos, assim como a renda individual encontra-se abaixo de meio salário mínimo. E quando se observa as informações constantes na seção 5.1, que aborda sobre o perfil exigido para ser participante do PAE, conclui-se que todos os estudantes pesquisados estão dentro do perfil de vulnerabilidade definido pela UNIFAP. Corroborando com essa informação, traz-se aqui o inciso segundo do Artigo 8º da Resolução 14/2017 DACE/ PROEAC/UNIFAP.

Art. 8º. II - Assistência Prioritária: consiste no atendimento a estudantes regularmente matriculados em curso de graduação presencial, prioritariamente oriundos da rede pública de 5 educação básica ou com renda familiar *per capita de até um salário-mínimo e meio*, por meio da concessão de bolsas e auxílios com acompanhamento psicopedagógico e social. (Amapá, 2017, grifo nosso).

Gráfico 1 – Renda pessoal e familiar



Fonte: dados da pesquisa (2023).

Embora os programas de assistências estudantis tenham um olhar para além das questões econômicas, essas são as que acabam se tornando mais visíveis e mais urgentes, isso porque o estudante que se insere no perfil da vulnerabilidade financeira, é aquele que até pode ter uma renda pessoal, porém é para arcar com suas despesas pessoais e/ou complementar a renda familiar, e não para seus gastos acadêmicos, essa observação reforça a necessidade do aporte financeiro para custear seus gastos com os estudos, que o PAE oferece. Esse aspecto mostra que assegurar essa complementação de renda através dos programas de auxílio estudantil como forma de permanência é uma das ações mais estratégicas para o desenvolvimento do país, através da educação.

Outro aspecto investigado foi sobre o município de origem dos estudantes, isso porque a distância da moradia também é critério importante na identificação do perfil sócio demográfico. Sobre essa questão, obteve-se como resultado que 38 alunos são da área metropolitana de Macapá, o que equivale a 76% dos investigados; na sequência tem-se 10

alunos que são oriundos do município de Santana, que corresponde a 20% dos informantes da pesquisa; e por fim, 2 alunos informaram que são do município de Porto Grande. Embora o Santana seja uma cidade vizinha da capital, estando numa distância de 22,4 km, possui algumas localidades de difícil acesso, especialmente suas comunidades rurais, ribeirinhas e quilombolas, as quais a distância e a acessibilidade impedem o transporte de ida e volta diariamente, ensejando também na necessidade de assistências aos estudantes oriundos dessas localidades para que não desistam dos seus cursos (IBGE, 2010).

A UNIFAP que se localiza no município de Macapá, conforme já foi mencionado, encontra-se numa distância de 112,2 km do município de Porto Grande, o que significa uma distância grande para a realidade local, que não dispõe de transportes públicos acessíveis e com itinerário fixo entre esses dois municípios. Essa sendo uma das razões de maximizar a necessidade de apoio aos estudantes oriundos desse município para que seja possível sua permanência no curso.

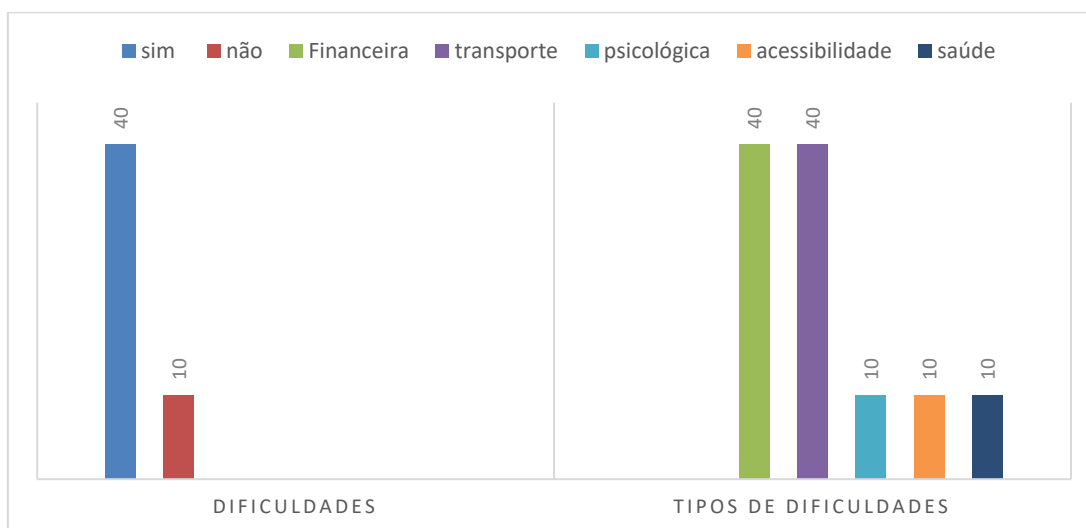
É importante frisar que para atenuar essa problemática, a UNIFAP, recentemente (especificamente em 30 de junho de 2023), inaugurou a Casa do Estudante Universitário “Lua Carolina Costa de Oliveira”, que é um espaço destinado para o acolhimento dos estudantes, que estão em vulnerabilidade nos aspectos econômicos e que são oriundos de áreas fora da região metropolitana de Macapá, e que por essa razão apresentam grandes possibilidades de desistência do curso. A capacidade é para abrigar 60 (sessenta) alunos. Na sua fundação já tinha 30 alunos cadastrados, que além da moradia receberam também uma bicicleta para o seu deslocamento da CEU até a UNIFAP (Amapá, 2023).

Ainda no contexto da definição do perfil sócio demográfico dos alunos, fez-se necessário pontuar as dificuldades apontadas pelos estudantes que participaram da pesquisa em relação à permanência no curso. Essa questão foi investigada através da seguinte pergunta, que foi dividida em duas partes: (i) “Você enfrentou algum (s) problema (s)/ dificuldades em permanecer no curso no qual se matriculou?”, para qual foi solicitada a escolha entre “sim” ou “não”. (ii) “Se sim, qual a dificuldade? ”. As opções oferecidas foram de ordem financeira; psicológica/ psiquiatria; condições de saúde; dificuldades de aprendizagem; metodologia de ensino; transporte; insegurança alimentar; trabalho; acessibilidade. Os resultados são apresentados no Gráfico 2.

Como se observa na primeira parte da pergunta, os resultados apontam que 40 alunos, ou seja, 80% apresentaram dificuldades em algum momento, suscetíveis à desistência, e apenas 10 alunos (20%) afirmaram que suas dificuldades não os deixaram vulneráveis a abandonar o curso.

Com relação às opções oferecidas para pontuar as dificuldades, a financeira e de transportes tiveram a mesma quantidade de menções, que foram 100% dos alunos que anteriormente tinham apontados dificuldades de permanência. Sobre as outras respostas, também houve um empate na quantidade de menções sobre as questões psicológicas, de acessibilidade e de saúde, sendo 25% dos alunos, como empecilho à permanência no curso.

Gráfico 2 – Dificuldades enfrentadas pelos estudantes



Fonte: dados da pesquisa (2023).

Esses resultados convergem, com a questão da renda familiar, que foi amplamente apresentada no Gráfico 1, ou seja, pelo fato dos alunos serem de baixa renda, mesmo com o auxílio dos PAE ainda apresentam dificuldades financeiras. O que justifica o resultado da prevalência das questões financeiras, sobre as demais. E mesmo ao apontar que o transporte é fator de dificuldades recai na questão financeira.

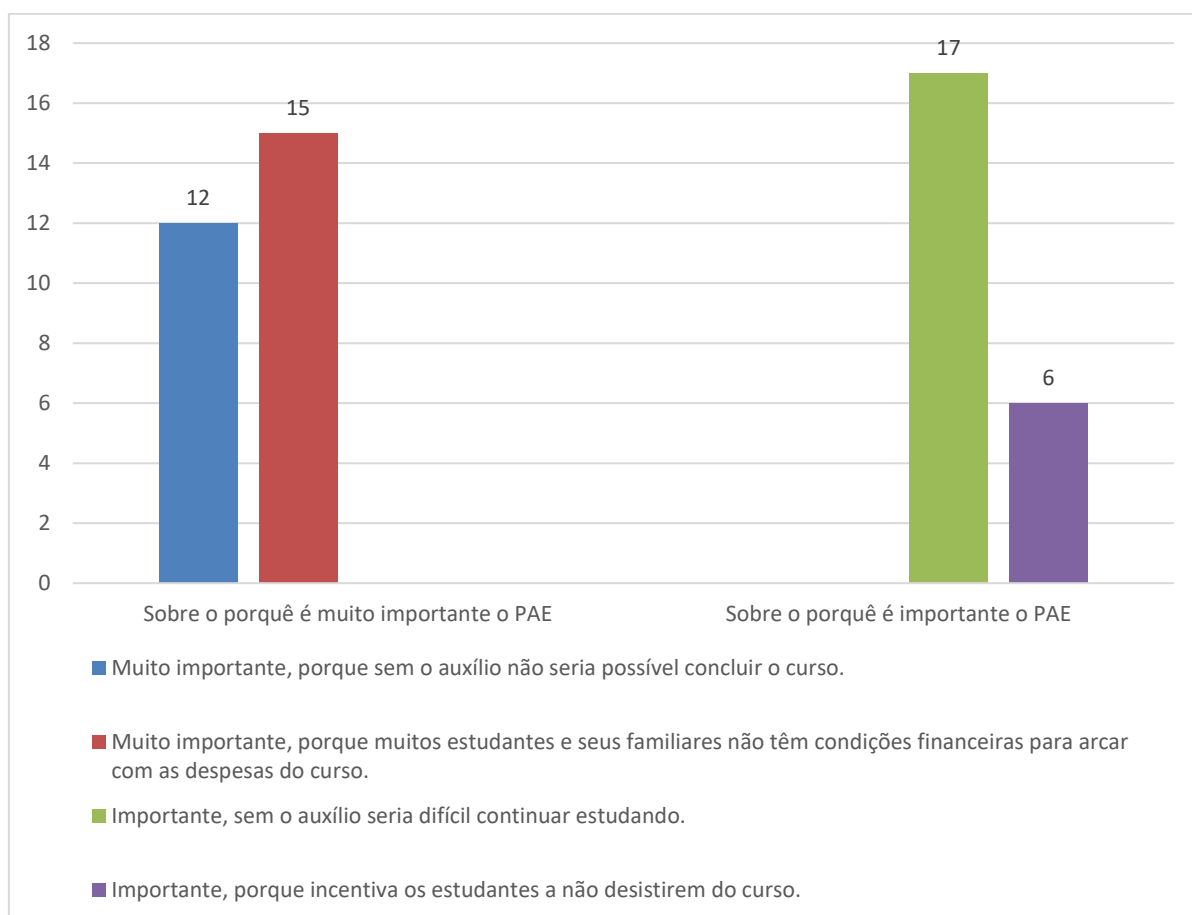
Diante disso, aponta-se que os PAE representam possibilidades reais para os estudantes na sua permanência no curso. E para mensurar essas possibilidades, questionou-se sobre a importância dos mesmos, o qual foi possível observar que sob a visão dos alunos investigados oscila entre muito importante e importante, num percentual de 60% e 40% respectivamente, através dos seguintes resultados, ou seja, 30 alunos beneficiários dos PAE dizem ser eles muito

importante e 20 alunos que acessam aos PAE afirmam ser importante. Não houve registros de alunos que consideram de pouca importância e sem importância.

Para ampliar a compreensão sobre a representatividade da importância dos PAE, solicitou-se justificativas dos alunos, e as respostas são apresentadas no Gráfico 3:

Foi feita uma triagem sobre as respostas que justificam a importância dos PAE. E os alunos que afirmaram que o PAE é importante convergiram nas respostas de que: “incentiva os estudantes a não desistirem do curso”; “sem o auxílio seria difícil continuar estudando”. Já os alunos que apontam o PAE como muito importante concluem que: “muitos estudantes e seus familiares não têm condições financeiras para arcar com as despesas do curso” e “sem o auxílio não seria possível concluir o curso”.

Gráfico 3 – Justificativas da importância dos PAE



Fonte: dados da pesquisa (2023).

Com essas respostas, os PAE são colocados num patamar de essencial na permanência do estudante no curso, e como foi demonstrado nas respostas, mesmo que outras dificuldades tenham sido mencionadas, mas de acordo com as respostas apresentadas, as grandes dificuldades advêm das questões financeiras, advindas das desigualdades históricas que prevalecem no Brasil, sendo necessária a implementação da assistência estudantil, para exercer papel de “[...] política inclusiva, [de reparação atuando] no sentido de ampliar as oportunidades de permanência de grupos historicamente discriminados” (Pinto, 2015, p. 28).

Ainda sobre a importância do PAE, Barbosa (2009, p. 39), aborda:

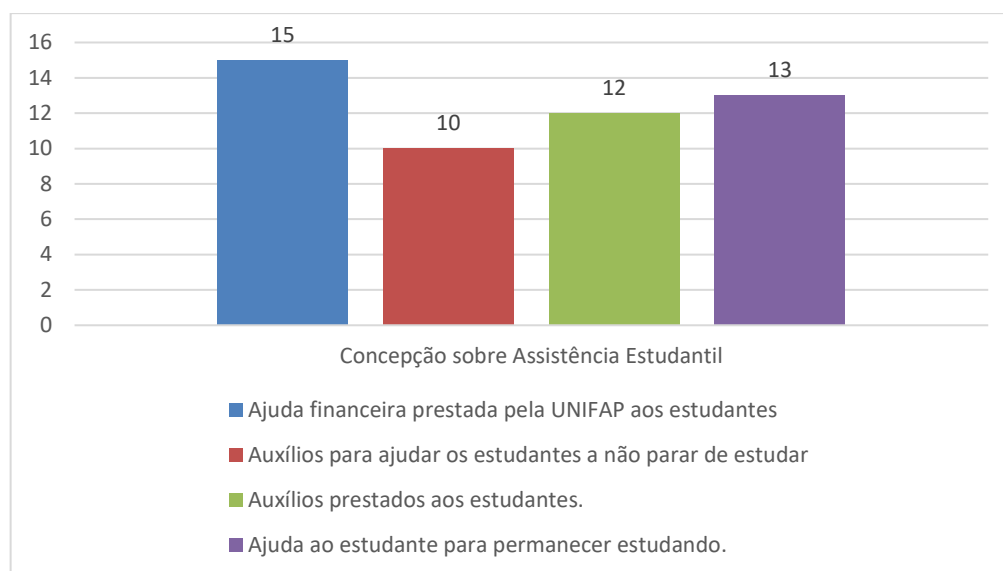
[Por ser] o conjunto de políticas realizadas através de programas de Promoção, Assistência e Apoio, que têm como objetivo principal criar condições que contribuam para a permanência dos estudantes nos estabelecimentos de ensino superior, melhorando sua qualidade de vida e conseqüentemente seu desempenho acadêmico e de cidadãos.

Nesse contexto, a pesquisa mostra que o PAE está atendendo seus objetivos de garantir a permanência dos alunos, porque conforme se observa nas respostas apresentadas pelos investigados, a garantia da permanência no curso foi oferecida pelos programas.

ii) Concepções, participações e percepções dos estudantes em relação aos PAE

Buscou-se também investigar se os estudantes detêm informações sobre os programas, através de perguntas que os levaram a expressar suas concepções e percepções em relação aos programas. Investigou-se a concepção através da seguinte pergunta: “Para você o que é Assistência Estudantil?”

As respostas apresentadas fazem menções prioritariamente às questões relacionadas à ajuda e/ ou auxílio financeiro, conforme são apresentadas no Gráfico 4:

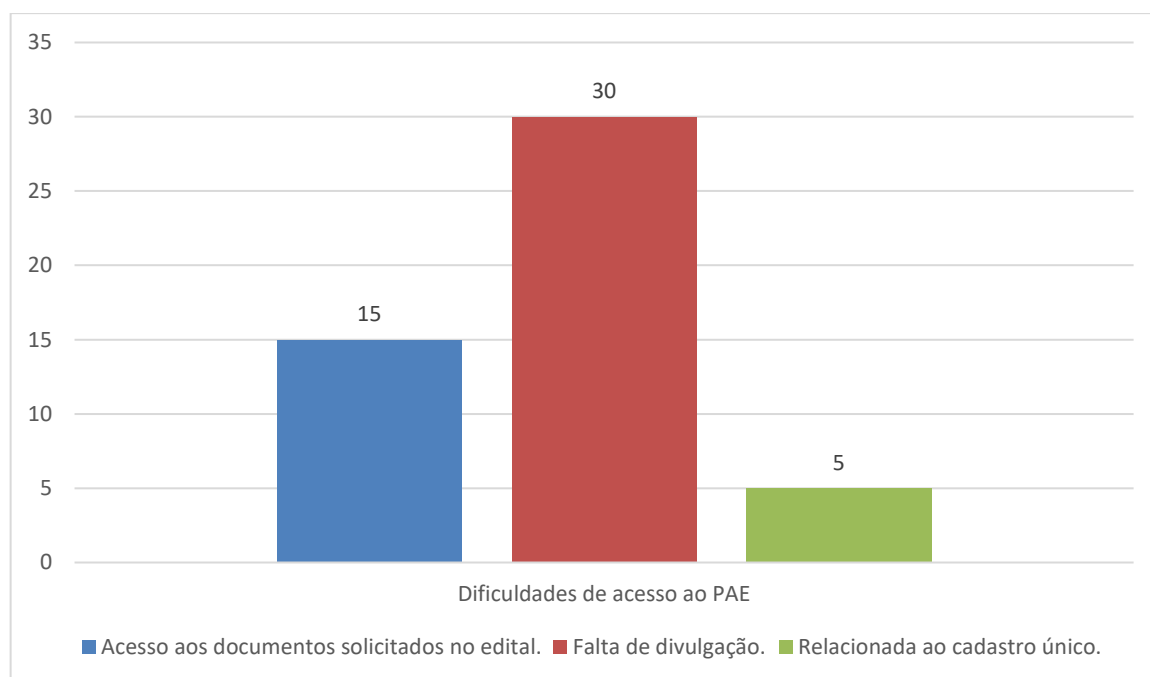
Gráfico 4 – concepção sobre assistência estudantil

Fonte: dados da pesquisa (2023).

Como se observa nas respostas apresentadas no Gráfico 4, os estudantes beneficiários de programas de apoio aos estudantes têm consciência sobre o que realmente significa a assistência estudantil, quando os entrevistados incluem em suas respostas “ajuda aos estudantes”, com a complementação ou não da frase: “para não parar de estudar”. Importante é ressaltar que significa que os auxílios estão cumprindo com o seu papel de oferecer suporte aos estudantes e é assim que eles estão percebendo.

As percepções dos estudantes em relação aos programas de assistências estão de acordo com o conceito definido em literaturas que abordam sobre a temática, estando presente nas abordagens de alguns teóricos, que definem o auxílio estudantil como: “[...] a organização de serviços de apoio discente ou iniciativa que busquem democratizar o acesso ao ensino e favorecer a permanência do estudante no contexto escolar” (Ramalho, 2013, p. 23); “[...] ideais condições de saúde, acesso aos instrumentais necessários à formação profissional, até o provimento dos recursos mínimos necessários aos estudantes, tais como moradia, alimentação, transporte e recursos financeiros para outros gastos” (Dumaresq, 2014, p. 45).

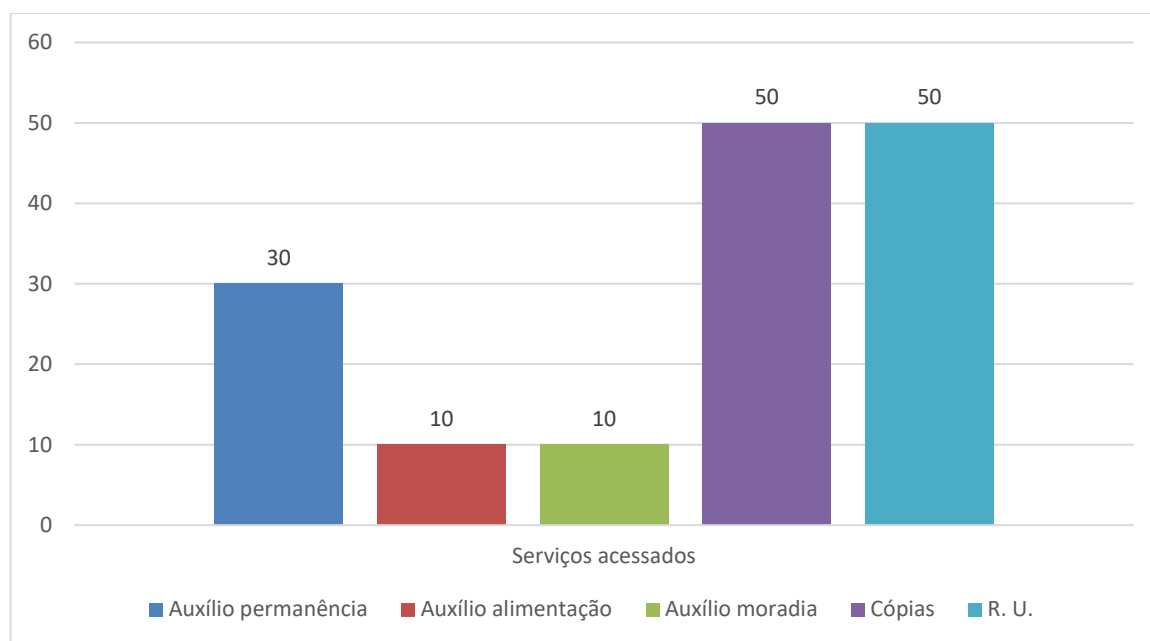
Embora sejam programas de extrema importância e necessidade, apresentam dificuldades, que precisam ser conhecidas, para servirem de parâmetros de solução. Dessa forma, buscou-se conhecer a percepção dos alunos sobre as dificuldades de acesso dos programas, e foram obtidos os resultados que serão apresentados no Gráfico 5.

Gráfico 5 – Dificuldades para acessar aos PAE

Fonte: dados da pesquisa (2023).

Como se observa no Gráfico 5, a grande dificuldade apontada pelos estudantes em relação ao PAE está relacionada a sua divulgação dos programas, que na percepção dos estudantes as mesmas não são acessíveis. Nesse mesmo âmbito, foi apontada a dificuldade de acesso aos documentos que são solicitados por meio do edital. Sendo assim, as dificuldades citadas pelos alunos não têm relação com o programa em si, mas são de caráter administrativo, podendo ser resolvido com um plano de trabalho que envolva uma comunicação eficaz.

Buscou-se conhecer os serviços mais acessados pelos alunos, para triangular com suas dificuldades, para isso, apresentou-se a seguinte pergunta: “Sobre os serviços e programas ofertados pela política de assistência estudantil na UNIFAP, Campus Marco Zero, assinale abaixo qual(is) você acessou em seu período de graduação?”. As opções oferecidas foram: “Auxílio moradia; Auxílio alimentação; Bolsa de apoio; Outros”, com espaço para indicar quais seriam esses outros. Os resultados são apresentados no Gráfico 6.

Gráfico 6 – Tipos de serviços acessados pelos alunos

Fonte: dados da pesquisa (2023).

Observa-se no Gráfico 6 que os serviços mais acessados são os oferecidos pelo restaurante universitário (RU) e os de cópias, que foram indicados de próprio punho no espaço reservado para “outros”, observa-se que pelas menções são serviços utilizados por 100% dos participantes da pesquisa; na sequência tem-se o auxílio permanência, acessado por 30 (trinta), que representa 60% dos participantes da pesquisa, essa informação também foi prestada no espaço reservado para “outros serviços”; já os serviços de auxílio moradia e auxílio alimentação são apontados por 10 (dez) participantes como os por eles utilizados, esse quantitativo representa 20% dos investigados. Nota-se que o mesmo estudante pode fazer uso de um ou mais serviços, de acordo com sua necessidade.

A necessidade relacionada à questão econômica tem se perpetuada nos atendimentos estudantis, como se observa na citação. Isso porque transporte, alimentação e moradia são necessidades imediatas sem as quais nenhuma outra ação poderá supri-las.

É pertinente ressaltar, que embora tenha sido citada anteriormente, a dificuldade relacionada à questão psicológica (Gráfico 2), os estudantes não mencionam acesso a esse tipo de atendimento, o que se apresenta como um aspecto que desperta preocupação, tendo em vista, que no recorte da pesquisa, 10 (dez) alunos, que representa 20% dos pesquisados, afirmam

sofrer com dificuldades psicológicas, dessa forma seria necessário que a UNIFAP direcionasse uma atenção especial sobre essa questão, considerando que:

A política de assistência estudantil, embora não possa prescindir da questão financeira, deve ser trabalhada em consonância com os aspectos pedagógicos e psicossociais, ou seja, com suporte em uma política pública de assistência estudantil não apenas voltada para a subsistência material, mas também preocupada com as questões emocionais, pensando a pessoa como um todo (Dumaresq, 2014, p. 45).

Os aspectos emocionais e psicológicos são questões sensíveis que os Institutos Superiores ainda precisam avançar, talvez por envolver a subjetividade do sujeito estejam fora de um alcance previsível, podendo ser necessário que ações mais perspicazes sejam realizadas para alcançar os estudantes que estejam passando por alguma situação que vai além da visibilidade material.

Ainda no âmbito da pesquisa, procurou-se saber com qual frequência os alunos acessam aos PAE, o qual observou-se que há intenso acesso aos programas de apoio estudantil, variando entre sempre e geralmente, considerando que 10 (dez) alunos responderam que sempre acessam auxílio ao estudante e 40 (quarenta) alunos dizem que geralmente acessam esses serviços. Observa-se que uma vez ofertados os auxílios, os alunos buscam acessá-los na medida de suas necessidades, que conforme as respostas 80% acessam “geralmente” e 20% “sempre”.

É importante frisar, que a frequência no acesso aos benefícios é um indicativo da carência social desses alunos, que não é uma questão transitória, e que a formação universitária é a expectativa mais concreta para romper com o ciclo da pobreza em que o aluno se encontra, através não apenas de uma ascensão social pelo viés da mudança de classe econômica, mas quiçá pela emancipação social.

Frente à forma como os alunos enxergam os PAE, considerou-se importante conhecer as sugestões dos alunos que possam ajudar na melhoria deles, para tanto, fez-se o seguinte questionamento: “Em sua opinião, como o a UNIFAP pode melhorar a oferta dos programas de Assistência Estudantil?”. As respostas apresentadas são apresentadas no Quadro 2.

Quadro 2 – Sugestões de melhorias

Pergunta	Resposta	Menções
Em sua opinião, como a UNIFAP pode melhorar a oferta dos programas de Assistência Estudantil?	Aumentar a quantidade de bolsas.	30%
	Aumentar o valor das bolsas.	30%
	Evitar atrasos no pagamento.	5%
	Facilitar nas documentações.	10%
	Melhorar a divulgação.	15%
	Ampliar o número de moradias.	5%
	Orientar melhor para o cadastro.	5%

Fonte: dados da pesquisa (2023).

Os alunos entrevistados, embora relatando a importância dos programas, ressaltam que ainda há necessidade de melhorias, e esses apontamentos convergem em parte com o que foi apresentado como maiores dificuldades de acesso ao programa, a divulgação. Esse pensamento é compartilhado por 20% dos alunos pesquisados, quando mencionam a necessidade de melhorar a divulgação e tornar a orientação para o cadastro mais facilitada.

Entre os pesquisados, dividiram-se igualmente respondendo sobre os seguintes aspectos: 30% afirmam sobre a necessidade de “aumentar a quantidade de bolsas” e 30 % apontam como melhorias “aumentar o valor das bolsas”. Os demais alunos apresentam as seguintes sugestões: 5% a necessidade do pagamento ser realizado sem atrasos; 10% facilitar as documentações exigidas; 5% ampliar a quantidade de moradias. As respostas dos alunos foram reunidas em similaridades para facilitar a construção da tabela, chegando aos resultados mencionados.

Ao ser mencionada a necessidade de aumento na quantidade de bolsas pelos investigados, recai na suposição que é de conhecimento dos beneficiários que outros alunos semelhantes a eles também necessitam ser atendidos, e que possivelmente encontram-se fora desse atendimento, revelando que apesar da satisfação em parte dos alunos em relação aos programas, o mesmo não está sendo efetivo no seu atendimento, considerando que o resultado aponta necessidade de ampliação na quantidade de bolsas.

Do mesmo modo, a resposta que indica a necessidade de aumentar o valor da bolsa apareceu na mesma frequência do item analisado anteriormente, esse resultado permite que se entenda que apesar dos PAE serem apontados como muito importante, os valores ainda que não são suficientes para as demandas dos alunos. Nota-se que não foi mensurado a relação gastos efetivos e valor da bolsa, por não ser objeto da pesquisa, porém quando os alunos informam que há a necessidade de aumentar os valores, subentende-se que os mesmos não estão sendo suficientes.

6 Considerações Finais

Por meio desta pesquisa, foi possível observar que o atendimento dos PAE concentram-se às questões de ordem financeira, porém ressalta-se que é muito raso direcionar um olhar aos programas de apoio ao estudante tendo como parâmetro unicamente a questão econômica, se for observado a amplitude da concepção da PAE, considerando que existem outras questões

igualmente complexas capazes de impulsionar os índices de evasão dos alunos das Universidades.

Nesse sentido, um aspecto importante para ser considerado é o sócio emocional do estudante, que mesmo sendo objeto do PAE e também sendo apontado na pesquisa como dificuldades dos estudantes, não foi mencionado nenhum atendimento nessa área, ou seja, na pesquisa as menções dos alunos em relação aos atendimentos foram unicamente atreladas às dificuldades que envolviam gastos financeiros, como: moradia, alimentação, transporte, bolsa permanência e cópias, como citados anteriormente.

Partindo dessa observação, apresenta-se à instituição investigada como contribuição e até mesmo retorno da pesquisa, a sugestão de realização temporárias de ações que possam incentivar a busca por atendimento psicológico e emocional; efetivar ações de escuta e aconselhamento; estando mais atenta às questões que envolvem a necessidade de suporte psicológico e emocional.

Mesmo diante desse adendo (necessidade de implementação mais pontual às questões psicológicas) em relação aos PAE ofertados pela UNIFAP, pode-se afirmar que, com base nas respostas obtidas pelos alunos investigados, existe uma percepção positiva dos alunos sobre o atendimento recebido, observando que as respostas sobre e a importância dos mesmos oscilam entre “importantes” com 40% e “muito importantes” com 60%. Assim como, os alunos sabem o que realmente significa tais programas, sendo assim, reconhecem que, sem eles, a permanência no curso estaria afetada negativamente.

REFERÊNCIAS

AMAPÁ. **Edital N° 01/2022**. DACE/PROEAC/UNIFAP. Delibera sobre a concessão de bolsas estudantis. Disponível: <<https://www2.unifap.br/dace/files/2022>>. Acesso em 10 mar. 2023.

AMAPÁ. **Resolução nº. 14/2017**. DACE/PROEAC/UNIFAP. Aprova a Política de Assistência Estudantil na Universidade Federal do Amapá. Disponível: <<https://www2.unifap.br/dace/files/2022>>. Acesso em: 10 jul. 2023.

AMAPÁ. **Casa do Estudante Universitário** “Lua Carolina Costa de Oliveira. UNIFAP, 2023. Disponível em: <www.unifap.gov.br>. Acesso em 30 de set de 2023.

BARBOSA, R. A. **A assistência ao estudante da residência universitária da UFPB**. Dissertação de Mestrado em Serviço Social. Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2009.

BRASIL. **Constituição (1934)**. Lex: Constituição dos Estados Unidos do Brasil de 16 de julho de 1934.

BRASIL. **Constituição (1946)**. Lex: Constituição dos Estados Unidos do Brasil, de 18 de setembro de 1946.

BRASIL. **Constituição (1967)** Emenda Constitucional n.1, de 24 de janeiro de. 1969. Brasília, 1969.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília: Senado Federal, 1988.

BRASIL. **Decreto nº 7.234**, de 19 de julho de 2010. Dispõe sobre o Programa Nacional de Assistência Estudantil – PNAES. **Diário Oficial da República Federativa do Brasil**, DF, 20 jul. 2010. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/2010/decreto-7234-19-julho-2010-607316-norma-pe.html>>. Acesso em: 15 abr. 2023.

BRASIL. **Lei 9.394 de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/ldb.pdf>>. Acesso em: 03 abr. 2023.

BRASIL. **Lei n. 10.172**, de 9 de janeiro de 2001. Aprova o Plano Nacional de Educação e dá outras providências.

BRASIL. **Lei n. 7.530**, de 29 de agosto de 1986. Autoriza o Poder Executivo a Instituir a Fundação Universidade Federal do Amapá. Brasília: Diário Oficial, 1986.

BRASIL. **Lei n. 8.742**, de 7 de dezembro de 1993. Dispõe sobre a organização da Assistência Social e dá outras providências.

BRASIL. **Ministério da Educação**: Educação Superior, 2023.

BRASIL. **Portaria Normativa n. 39**, de 12 de dezembro de 2007. Institui o Programa Nacional de Assistência Estudantil — PNAES. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/portaria_pnaes.pdf> Acesso em: 10 mai. 2023.

BRASIL. **Programa de bolsas de iniciação será avaliado por coordenadores**. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/component/tags/tag/pibid>> . Acesso em 18 mar. 2023.

BUSSAB, W. O.; BOLFARINE, H. **Elementos de Amostragem**. SP: Blucher, 2005.

COSTA, M. C. Os impactos da política de assistência estudantil no rendimento acadêmico. **Revista Contemporânea de Educação**, vol. 11, n. 22, ago/dez de 2010.

CRESWELL, J. **Projeto de pesquisa: Métodos qualitativo, quantitativo e misto**. 3.ed. Porto Alegre: Artmed, 2010.

DENZIN, N. K.; LINCOLN, Y. S. **Planejamento da pesquisa qualitativa: teorias e abordagens**. Porto Alegre: Artmed, 2006.

DUMARESQ, Zandra Maria Mendes. Análise da política de Assistência Estudantil no âmbito do Instituto Federal do Ceará - campus de Fortaleza sob o olhar dos discentes. 2014 Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal do Ceará - Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação, Fortaleza, 2014.

DUTRA, N. G. R.; SANTOS, M. F. S. Assistência estudantil sob múltiplos olhares: a disputa de concepções. **Ensaio: aval. pol. públ. Educ.**, Rio de Janeiro, v.25, n. 94, p. 148-181, jan./mar. 2017.

FÁVERO, M. L. A. **A Universidade no Brasil: das origens à Reforma Universitária de 1968.** Educar, Curitiba, n. 28, p. 17 -36, 2006. Editora UFRB.

FERNANDES, R. C. P. **O construto multidimensional trabalho precário, o futuro do trabalho e a saúde de trabalhadoras (res).** Cd. Saúde Pública, 2023, 39(4): e 001000522.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa.** [2. Reimpr.]. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2018.

GIL. **Métodos e técnicas de pesquisa social.** 7. ed. São Paulo: Atlas, 2019.

GIL. Os desafios e facilidades do uso do programa de software Atlas/ti na análise de dados da pesquisa: a coleção “Redescobrimo o universo religioso” na Formação do professor. In: **Anais VII Congresso Nacional de Educação – EDUCERE**, Curitiba, PR, 2008.

GUSSO, H. L.; ARCHER, A. B.; LUIZ, F. B.; SAHÃO, F. T.; LUCA, G. G. de; HENKLAIN, M. H. O.; PANOSSO, M. G.; KIENEN, N.; BELTRAMELLO, O.; GONÇALVES, V. M.. **Ensino Superior em tempos de pandemia: Diretrizes à gestão universitária.** Educ. e Sociedade, Campinas, v. 41, e238957, 2021.

IBGE - INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo Brasileiro de 2010.** Rio de Janeiro: IBGE, 2010.

MATTAR, F. **Pesquisa de marketing.** Ed. Atlas. 1996.

MARTINS, A. C. P. **Ensino Superior no Brasil: Da descoberta aos dias atuais.** Acta Cir. Bras. Vol. 17, suppl.3 São Paulo, 2002.

NEVES, C.E.B.; MARTINS, C. B. Ensino superior no Brasil: Uma visão abrangente. In: DWYER, T. [et al.]. **Jovens universitários em um mundo em transformação: uma pesquisa sino-brasileira.** Brasília: Ipea, 2016.

OLIVEN, A. C. Histórico da educação superior no Brasil. In: SOARES, M. S. A. (Org.). **A educação superior no Brasil.** Porto Alegre: Unesco, 2002.

PINTO, Giselle. **A política de assistência estudantil da UFF em duas faces: a institucionalidade dos processos e as perspectivas da demanda estudantil.** 2015. Tese (Doutorado). Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, 2015.

RAMALHO, L. E. G. **Abordagem avaliativa da política de assistência estudantil em uma instituição de ensino profissional**. 2013 Dissertação (Mestrado Profissional em Gestão e Avaliação da Educação Pública) - Faculdade de Educação, Universidade Federal de Juiz de Fora, 2013.

ROCHA, D. A.B. F. Formação e Monitoramento de Juristas leigos. A Experiência de uma ONG com a Educação Popular na Região Sisaleira da Bahia. **Revista Gestão Universitária**. 2020.

SAMPAIO, H. **Ensino Superior no Brasil** – setor privado. São Paulo: Hucitec, 2000.

SANTOS, A. P.; CERQUEIRA, E. A. **Ensino Superior: trajetória histórica e políticas recentes**. IX Colóquio Internacional sobre Gestão Universitária na América do Sul. Florianópolis, 2009.

SILVA JÚNIOR, J. M. **Eficácia dos programas de assistência estudantil: a experiência da UNEMAT**, Fortaleza, 2020.

VELOSO, F. A.; VILLELA, A.; GIAMBIAGI, F. Determinantes do “Milagre” Econômico Brasileiro (1968 - 1973): Uma análise empírica. **RBE**. Rio de Janeiro. v 62, n. 2/ p. 221-246 Abr-Jun 2008.

WOLTER, R. H. O Ensino Superior na Era Vargas. **Revista Maiêutica**, Indaial, v. 4, n. 1, p. 131 – 142, 2016.

Recebido em: 22/02/2024

Aprovado em: 14/06/2024